

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Luisa de Baumont Philippsen

**A MODALIDADE DA EJA EM TEMPOS DE CULTURA DIGITAL:
entrecruzando histórias e possibilidades de ensinar e aprender**

Porto Alegre
2º. Semestre
2014

Luisa de Baumont Philippsen

**A MODALIDADE DA EJA EM TEMPOS DE CULTURA DIGITAL:
entrecruzando histórias e possibilidades de ensinar e aprender**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cíntia Inês Boll

Porto Alegre
2º. Semestre
2014

Ao concluir este trabalho, quero agradecer...

...ao meu pai Vitor e minha mãe Carmem pelo apoio nos dias tumultuados e o amor incondicional de sempre!

...ao André por estar sempre do meu lado e acreditar em mim, insistindo que eu sempre faça o que gosto com dedicação e amor!

...à minha Vó Theresa por servir de inspiração à docência, esteja onde estiver, olhando por mim e me indicando os caminhos!

...às minhas amigas pelas palavras incentivadoras e a parceria de todos os momentos!

...aos meus alunos de estágio que fizeram parte de um ciclo essencial na vida, que me descobri educadora, apaixonada pela educação!

...à minha orientadora Cíntia, especialmente, pois me ensinou não somente a apreciar mais o fazer docente, no estágio obrigatório, colocando carinho e dedicação em tudo que eu realizei, mas também na trajetória de escrita do TCC, por ter acreditado em mim e se posicionado sempre ao meu lado: apoiando, incentivando e concretizando este tão sonhado dia em que me formo pedagoga.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso objetiva revelar o uso ou o não uso de dispositivos móveis nas salas de aula como outro possível recurso pedagógico, bem como os programas e leis de fomento a essas tecnologias em âmbito nacional, estadual e municipal. A pesquisa insere-se no campo de educação e tecnologia e utiliza diversos conceitos atuais que auxiliam no entendimento deste tempo contemporâneo de Cultura Digital, tais como Sabedoria Digital (PRENSKY, 2009), Cidadania Digital (LEMOS, 2004) e mídias móveis. O estudo é de abordagem qualitativa com um caráter descritivo, onde utilizo minhas experiências do estágio em docência na EJA, realizado no Município de Porto Alegre, e vivências como aluna do Ensino Superior. O entendimento dessa modalidade ocorreu por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) que apontam funções da EJA, dissertando acerca dos alunos peculiares que a frequentam, além de apresentar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como um recurso utilizado pelas escolas e na modalidade EAD. As análises constituídas neste estudo visam mostrar os dispositivos móveis com foco em smartphones e tablets como outro recurso pedagógico nas salas da EJA (em especial às turmas de anos iniciais), possibilitando mais dinâmica ao processo escolar de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Cultura Digital. Cidadania Digital. Dispositivos Móveis. Educação de Jovens e Adultos. Tecnologia da Informação e Comunicação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	AS LEIS, OS PROGRAMAS E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: PERSPECTIVAS DO SER PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE	8
2.1	A EJA E O ANALFABETISMO FUNCIONAL EM TEMPOS DE CULTURA DIGITAL	9
2.2	AS PECULIARIDADES E SINGULARIDADES DOS ALUNOS DA EJA	12
2.3	O DESAFIO DOCENTE PARA OS PROFESSORES NA MODALIDADE DA EJA NOS DIAS ATUAIS: ASPECTOS DA CULTURA DIGITAL	14
2.4	A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC NA CULTURA DIGITAL	22
2.5	PROGRAMAS E LEIS PARA O USO (OU O NÃO USO) DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NAS ESCOLAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO EM ÂMBITO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	26
3	SER PROFESSORA NOS TEMPOS DE CULTURA DIGITAL: O ESTÁGIO DE DOCÊNCIA E O USO DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS	31
3.1	O ESTÁGIO DE DOCÊNCIA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	31
3.2	O QUE SÃO DISPOSITIVOS MÓVEIS?	33
3.3	EXPERIÊNCIAS ACERCA DO USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NO DIA A DIA ESCOLAR DA EJA	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	42
	ANEXOS	46
	ANEXO A – Lei nº 12.884, de 03 de janeiro de 2008	47
	ANEXO B – Lei nº 11.067, de 10 de maio de 2011	48

1 INTRODUÇÃO

Iniciei o 8º. semestre do curso de Pedagogia na UFRGS com uma ideia de tema para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pensando no estágio supervisionado que realizei no semestre anterior e uma inquietação da minha turma referente à leitura de imagens. No entanto, quando frequentei a primeira aula da disciplina Educação a Distância e Ambientes de Aprendizagem¹, percebi que o tema do TCC que realmente iria me mover a pesquisar, à curiosidade, era outro.

Dessa forma, ao atentar melhor para as tecnologias na educação, notei que seria um bom tema de pesquisa uma vez que me vi engajada na ideia da utilização (ou não) de dispositivos móveis – mais especificamente *smartphones* e *tablets*² – na sala de aula por alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse assunto ainda vai ao encontro da minha inspiração inicial que era elaborar este trabalho pensando no estágio obrigatório do 7º. semestre do curso de Pedagogia que foi realizado por mim, em docência compartilhada com uma colega, em uma turma de Totalidade 2 da EJA (equivalente ao 3º. e 4º. anos), em uma escola municipal de Porto Alegre.

Essa “inspiração” se deu, pois que o estágio é um momento de muita intensidade docente, de muitas perguntas e dúvidas: algumas das minhas dirigiam-se justamente sobre o uso do meu *smartphone* em sala de aula.

Como futura pedagoga docente, compartilhava na época de estágio de algumas inquietações sobre o uso dos *smartphones* para pesquisas, para orientações e para registro em aula. Minha decisão por usá-lo se pautou, à época, no entendimento de que o uso dos dispositivos móveis na sala de aula poderia em muito contribuir na minha aprendizagem e dos meus alunos.

A aproximação da “educação formal” da “não formal” na escola poderia complementar e enriquecer nossos estudos, quem sabe instigando também meus

¹ Disciplina eletiva para o Curso de Pedagogia. Possui três créditos e tem como súmula: o estudo das características da Educação a Distância (EAD) apoiada por redes de computadores, envolvendo a interação mediada por computador, ferramentas e serviços da internet. Análise de como as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) são utilizadas e integradas em projetos de educação a distância. A disciplina prevê ainda o estudo das políticas públicas com relação à EAD no Brasil e nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, suas características e possibilidades pedagógicas.

² Esse assunto será discutido no subcapítulo 3.2, intitulado “O que são dispositivos móveis?”, onde alguns autores compartilharão comigo suas ideias sobre esse tópico.

alunos a perceberem que se estuda ao longo da vida. Estudo que se apresenta por meio da troca de experiências em diversos espaços e tempos, interagindo com amigos e colegas, permitindo que a relação conteúdo-aprendizagem seja diversificada [...] pela descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade” (GADOTTI, 2005, p. 2).

Seguindo na ideia do mesmo autor, o conceito da educação não formal deve ir além da sua oposição ao ensino formal, pois “[...] ultrapassa os limites do ensino escolar formal e engloba as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não formais, que desenvolvem a autonomia da criança” (GADOTTI, 2005, p. 2). Vou adiante, porém, afirmando que não somente a autonomia das crianças, mas também de jovens e adultos em processo de escolarização. Autonomia essa que possibilita ao indivíduo mais participação na sociedade, mais empoderamento e consciência de si, mais Cidadania Digital nos tempos atuais em que vivemos – de Cultura Digital.

Uma cultura que se estabelece também diante das diversas tecnologias que estão a serviço da vida e fazem parte dela nas diferentes instâncias da nossa existência, pois que não somente no ambiente escolar, como também nesse espaço virtual acessado pelos nossos dispositivos móveis, um espaço que também pode ser considerado educador apesar da sua aparente informalidade e despreensão pedagógica.

O seguinte trabalho tem o intuito de evidenciar a utilização de dispositivos móveis como outro recurso pedagógico nas salas de aula da EJA, em turmas de etapas iniciais (onde muitos alunos estão em processo de alfabetização), articulando práticas e ações na tentativa de discutir as TIC na educação contemporânea. Também tem como objetivo apontar caminhos importantes a se pensar acerca dos usos de tecnologias na escola, inclusive na educação superior.

A metodologia a ser apresentada neste trabalho é pesquisa qualitativa de caráter descritivo. Tal pesquisa tem como finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos contemplados além de “descrever com ‘exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 110). Ou seja, a partir do estágio em docência realizado no semestre 2014/1 e minhas experiências como aluna da Pedagogia, problematizo a utilização dos dispositivos móveis na sala de aula da EJA e do Ensino Superior. O principal instrumento de pesquisa utilizado foi o diário de campo.

Este trabalho está dividido em quatro partes, sendo a primeira introdução, na qual indico o assunto a ser pesquisado e premissas dele. Em seguida, explicito as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) no âmbito da EJA e os programas e leis de utilização (ou não) das tecnologias na escola. Na terceira parte, escrevo minhas experiências como estagiária da EJA e aluna da Pedagogia, explicando o que entendo por dispositivos móveis e apresentando algumas possibilidades pedagógicas a partir de seus usos no estágio desenvolvido. Por fim, faço minhas considerações finais acerca deste estudo, trazendo conclusões e indagações sobre a temática Licenciando, Docência e Cultura Digital.

2 AS LEIS, OS PROGRAMAS E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: PERSPECTIVAS DO SER PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE

Pensar na EJA é perceber que o professor que atua nessa modalidade é desafiado em diferentes contextos. Esse desafio se propõe seja pela peculiaridade dos seus alunos, sejam pelas legislações que demandam seu fazer pedagógico ou pelo tempo de Cultura Digital que vive.

O docente se desafia a garantir a autonomia e o protagonismo do seu aluno jovem ou adulto que possui singularidades e especificidades próprias, em que este professor tem como desafio a contemplação da pluralidade desses seus alunos com o intuito de entender quem eles são. Um aluno cidadão digital que se utiliza de mídias móveis enquanto autor do seu ensino, pois que esse estudante está em processo formativo no tempo de Cultura Digital, construindo mais e mais aprendizagens.

Na contramão dessa ideia, algumas leis não permitem que esses estudantes utilizem seus dispositivos móveis na aula, nesse processo ensino-aprendizagem. O professor há de perguntar, então, que sujeito se quer na contemporaneidade onde tudo já é Cultura Digital?

Este docente também se desafia a estar engajado no tempo de mídias móveis com alunos sábios digitais que nascem e crescem na Cultura Digital. Eles utilizam-se de dispositivos móveis como não somente mais uma forma de interação e comunicação, mas também, e principalmente, como uma extensão de si e do mundo em que vivem. Desafio, então que se propõe na ideia do educador a apropriar-se também dessas tecnologias, entendendo-as como outro recurso pedagógico que visibiliza enriquecer ainda mais o processo de ensino e de aprendizagem.

2.1 A EJA E O ANALFABETISMO FUNCIONAL EM TEMPOS DE CULTURA DIGITAL

A EJA é definida como uma modalidade da Educação Básica pelo Conselho Nacional de Educação – CNE (BRASIL, 2000) nas etapas do ensino fundamental e médio, possuindo especificidade própria e que, por isso, necessitaria receber um tratamento consequente (p. 2). Com a finalidade de melhor entendermos o conceito de modalidade, utilizarei as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (BRASIL, 2013) para explicar a diferença entre etapa e modalidade de ensino. A Educação Básica possui três etapas – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – sendo que cada uma dessas etapas se constitui em unidades que possuem similaridades e diferenças entre si. Embora todas tenham em semelhança a preservação das fases que as compõem em conjunto com as identidades inerentes à condição humana, pois cada sujeito está em um momento de desenvolvimento educacional (p. 19)

Já as modalidades da Educação Básica que contemplam Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Profissional e Tecnológica, Educação a Distância, Educação Quilombola, Educação nos Estabelecimentos Penais e Educação de Jovens e Adultos são ofertadas em cada etapa de ensino. Cada uma dessas três etapas pode integrar uma ou mais de uma modalidade (BRASIL, 2013, p. 35).

Conforme as informações constantes nas DCN (BRASIL, 2013), a EJA é uma modalidade que visa diminuir a dívida social que o Brasil tem com sua população que não estudou na idade própria³. Ainda que eu não concorde com a denominação “idade própria” por acreditar que não há uma idade própria para estudar/aprender, pensando no indivíduo como alguém que está em constante formação: nas relações que estabelece com os outros, na tomada de consciência, no ensino formal ou não formal... entre outras questões que possibilitam o indivíduo a constituir-se. No entanto, não podemos dizer que estes sujeitos não perderam o direito de, ainda crianças, ter aprendido.

³ Dados do Parecer CNE/CEB 11/2000: “A expressão idade própria, além de seu caráter descritivo, serve também como referência para a organização dos sistemas de ensino, para as etapas e as prioridades postas em lei. Tal expressão consta na LDB.” (p. 4)

Ao refletir acerca das teorias de Vygotsky (1935) que apontam a importância das relações humanas e as possibilidades de aprendizagens do sujeito por meio da relação professor-aluno, em que esse processo ensino-aprendizagem inclui sempre o que aprende, o que ensina e a relação entre eles (VYGOTSKY, 1935), percebo que não há um momento mais adequado para aprender e compreender o mundo. Ou seja, não há uma idade ideal para estar no processo formativo, pois que toda idade pode ser própria para situar-se nesse processo de escolarização e vivenciar essas trocas com o professor ou com outros colegas.

A modalidade da EJA se destina a alunos com 15 anos ou mais, ou seja, todos aqueles que estão na faixa etária superior à considerada própria – nos níveis de conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Esses jovens e adultos estão em diversos níveis: “[...] desde a total falta de alfabetização, passando pelo analfabetismo funcional, até a incompleta escolarização nas etapas do Ensino Fundamental e do Médio” (BRASIL, 2013, p. 40).

O conceito de analfabetismo funcional⁴ é necessário à reflexão acerca da “Cidadania Digital”⁵ já que pensamos nosso aluno como indivíduo da sociedade que faz uso (algumas vezes muito uso) de tecnologias como os dispositivos móveis e é considerado analfabeto funcional mesmo que esteja apropriado dessas ferramentas tecnológicas e utiliza-as em suas diversas funções.

Neste sentido, Scliar-Cabral (2003) afirma:

O conceito de analfabeto funcional, como o próprio adjetivo indica, deve, contudo, repousar sobre a falta de competência do indivíduo para ler e escrever os textos dos quais necessita em sua vida cotidiana familiar, social e de trabalho (s/p).

Vóvio (2012) também explicita o conceito de analfabetismo funcional que auxiliou-nos a pensar nessa dicotomia de ideias – o aluno é usuário assíduo de dispositivos móveis: escrevendo e lendo mensagens, e-mails, recados no *Facebook*⁶ no seu *smartphone* ou *tablet* –, mas é considerado analfabeto funcional porque ele não obteve aquisição da leitura e da escrita:

⁴ Sabemos que, se considerarmos o conceito de analfabeto funcional pelas leituras desenvolvidas neste trabalho, o aluno deixou de se apropriar do letramento no período em que provavelmente deveria ter frequentado a sala de aula. No entanto, acreditamos que, em sendo a palavra viva, o cotidiano do uso das palavras neste mundo já digital podem, um dia, ser também parte da norma da palavra culta.

⁵ Esse conceito será discutido com mais propriedade no subcapítulo 2.3, cujo título é “O desafio docente para os professores na modalidade da EJA nos dias atuais”.

⁶ O *Facebook*, lançado em 2004, é um site de Rede Social que permite que os usuários troquem mensagens entre si, além de visualizar fotos, vídeos e participar de grupos de interesses comuns com outros participantes.

São consideradas analfabetas funcionais, em pesquisas censitárias, as pessoas com menos de quatro anos de estudo, que não apresentam capacidades para fazer uso efetivo da leitura e da escrita em diferentes âmbitos da convivência social (p. 2).

Na modalidade EJA, cada sistema de ensino tem autonomia para definir o tempo de duração dos cursos, bem como sua estruturação, desde que estejam em conformidade com as DCN (BRASIL, 2013). Essa autonomia que potencializa a possibilidade de flexibilização do currículo, pensando nos alunos que frequentam essa modalidade que são possuidores de características peculiares e diferentes disponibilidades de tempo (por já estarem inseridos no mercado de trabalho, muitas vezes) é proposta pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Esse documento altera-se conforme necessidades da instituição, da sociedade e do público atendido naquele lugar.

O PPP é o projeto escolar que tem como um dos objetivos acrescentar as mudanças e transformações da sociedade para que elas sejam reconhecidas e adicionadas à identidade da escola, em seus documentos legais e, por isso, faz-se necessária a revisão permanente dele (FILIPOUSKI; SHAFFER, 2005, p. 28). Pensando que tais discussões e possíveis modificações do documento carecem ser “[...] problematizadas e compreendidas, reformuladas, o que poderá representar um procedimento qualificador e de aprofundamento da desejada autonomia” (FILIPOUSKI; SHAFFER, 2005, p. 26), percebo que essa autonomia escolar é efetivada na instituição por meio de tal documento, uma vez que possibilita que professores, funcionários, alunos e comunidade aprimorem, aperfeiçoem e modifiquem os funcionamentos da escola com o intuito de qualificar ainda mais esse espaço.

As DCN (BRASIL, 2013) permite-nos perceber que a EJA possui fundamentos que se propõem a viabilizar melhores oportunidades educacionais aos estudantes que possuem interesses próprios, variadas condições de vida, bem como um trabalho no outro turno (ou até no mesmo turno da aula). Pensando no aluno jovem ou adulto que está em formação, percebemos pelo CNE (BRASIL, 2000) que as propostas de aula necessitam contemplar a cultura própria do grupo e considerar a autonomia do aluno para que todos os estudantes busquem alcançar suas potencialidades pela apropriação de mundo (p. 19 e 35).

Uma apropriação de mundo que se estabelece no diálogo e na comunicação, uma vez que entendemos tais fatores necessários para a interação. Tal como Freire

(1983), concordamos que os indivíduos estabelecem relações sociais e de significação diariamente, por meio da comunicação e da Interação Dialógica (p. 44). Essa relação mútua de indivíduos se constituindo e interagindo entre si, definida por Freire (1983) como “interações dialógicas”, são reflexões problematizadas na relação professor-aluno e aluno-professor por intermédio do discurso, do diálogo, do pensar sobre o mundo, sobre a vida:

Se a educação é dialógica, é óbvio que o papel do professor, em qualquer situação, é importante. Na medida que ele dialoga com os educandos, deve chamar a atenção desses para um ou outro ponto menos claro, mais ingênuo, problematizando-os sempre (p. 35).

A compreensão de mundo que o aluno da EJA estabelece nas relações escolares formais ou não formais se desenvolve a partir do próprio contato com o mundo e pelas interações entre as pessoas. O diálogo, nessa perspectiva de Paulo Freire, é primordial à composição do sujeito social, sendo constituinte de sua natureza humana que possibilita o estabelecimento de relações emancipadoras e libertadoras entre as pessoas.

2.2 AS PECULIARIDADES E SINGULARIDADES DOS ALUNOS DA EJA

Para pensar na EJA é importante mapear os estudantes que a frequentam, pois encontramos jovens e adultos que possuem características peculiares e especificidades próprias, estando em um processo de escolarização como sujeitos da aprendizagem. Tais alunos têm uma historicidade já conhecida no Brasil e, na tentativa de identificá-los, cito Kohl (1999) que exprime a situação deles:

[O adulto] é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo [...] [o jovem] é também um excluído da escola, porém, geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas da escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o ensino fundamental ou mesmo o ensino médio. É bem mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer mais relacionadas com a sociedade letrada, escolarizada e urbana (p.59-60).

Esses alunos descritos pela autora, mesmo nos tempos de hoje, fazem parte de um Grupo Cultural (KOHL, 1999), possuindo peculiaridades e especificidades que geralmente não condizem com as rotinas escolares, pois não estão acostumados com as mesmas: horário de entrada, horário de saída, organização do tempo escolar, entre outros. Assim sendo, suas aprendizagens também são cada dia mais plurais na interlocução com o mundo, remetendo às características de seus tempos escolares (quando há) ou do próprio grupo em que vivem. Cabe ao professor, então, ficar atento nas relações que esse aluno estabelece, uma vez que muitas vezes são relações peculiares ao seu grupo.

Os alunos da EJA que não foram incluídos na escola, colocam-se agora em uma nova oportunidade escolar de produzir conhecimentos. Porém, não há um perfil comum para se traçar desses alunos já que, conforme citado anteriormente, eles possuem peculiaridades e especificidades próprias, sejam elas referentes à etapa da vida em que se encontram, às interações que estabelecem para a composição de suas aprendizagens, bem como o espaço e o lugar em que estão inseridos.

À vista disso, mesmo que não possamos traçar um perfil dos alunos jovens e adultos, sabemos que estão todos inseridos em um Grupo Cultural aonde o professor irá se desafiar a buscar no outro a contemplação das pluralidades de pessoas que dividem aquele mesmo espaço, entendendo do que esse outro gosta, como ele se sente, como ele aprende, como se comunica... Entre outras questões importantes para a compreensão de quem é aquele aluno, na tentativa de aproximar-se cada vez mais dessas relações e interações que ele faz para construir suas aprendizagens escolares.

Esse peculiar aluno da EJA encontra-se em um momento escolar de transformar informações em conhecimentos por meio de suas vivências, experiências e relações com o mundo, especialmente o da Cultura Digital, de forma a compreender-se sujeito da aprendizagem que questiona, que pesquisa e que investiga curiosidades que lhes são próprias ou do grupo em que convive mais de perto.

O aluno dessa modalidade é singular, *sui generis*, que também é um cidadão participante da atual sociedade. Essa situação pode possibilitar que ele seja um agente social de mudança de sua realidade mais próxima e, considerando os pressupostos filosóficos de uma Educação Libertadora (FREIRE, 1989), podemos supor que esses conhecimentos construídos na interlocução com a escola sejam

fundantes de outros que irão reverberar nos demais espaços formais e não formais onde ele vive.

Assim, a Educação Libertadora e a Interação Dialógica, propostas por Paulo Freire, nos indagam acerca do sujeito que vê em si a transformação do mundo e da realidade, onde “[...] tanto os professores quanto os alunos sejam os agentes críticos do ato de conhecer” (FREIRE, 1983, p. 46). Conhecer sua vida, sua trajetória, sua realidade, suas aprendizagens e possibilidades educativas, desenvolvendo: “[...] a capacidade de aprender, não apenas para (se) adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a” (FREIRE, 1996, p. 41).

Isso posto, ressalto que as DCN (BRASIL, 2013) também assinalam acerca da importância da educação brasileira “[...] assumir o desafio de propor uma escola emancipadora e libertadora” (p. 19), na qual esses estudantes da EJA possam se desenvolver em busca de novas aprendizagens, (re) aprender e (re) estabelecer o prazer, a alegria, em seu processo educativo, questionando a si e ao que está em sua volta, como também tendo curiosidade. Pois é nessa educação que os estudantes irão se permitir a cidadania, entendendo-se sujeitos únicos e peculiares.

Dessa maneira, acreditamos que nesses tempos de Cultura Digital, em que ela ainda é considerada em muitos momentos como um espaço não formal de ensino e aprendizagem, é fundamental estarmos atentos às interações que ela possibilita. Interações dialógicas entre mundos de vidas, de tempos, de estudos e de escritas. Interações possíveis ocorridas até pouco tempo atrás somente nos laboratórios escolares, onde todos se dirigiam até lá para “entrar” nesse outro lugar e tempo de informações ao que hoje já não mais é necessário. Bastaria apenas permitir o uso pedagógico de dispositivos móveis na sala de aula da EJA.

2.3 O DESAFIO DOCENTE PARA OS PROFESSORES NA MODALIDADE DA EJA NOS DIAS ATUAIS: ASPECTOS DA CULTUA DIGITAL

O professor, em sua função social, desafia-se a entender o aluno como construtor do seu próprio conhecimento. Conhecimento esse, que é dito por Vygotsky (1935) como um resultado importante do processo de interação social entre os indivíduos. O mesmo autor ainda diz que as aprendizagens também têm um

papel essencial no desenvolvimento do saber, no desenvolvimento do conhecimento, ao que complemento com as palavras de Freire (1996) que afirma que todo e qualquer processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, em que quem ensina, aprende, e quem aprende também ensina. Ideias que se encontram na relação dialógica, na relação professor-aluno, como uma relação interacional entre os indivíduos em seus singulares processos de aprendizagem.

O desafio docente contemporâneo em tempos de Cultura Digital diz respeito à relação que aquele tem com seus alunos que possuem peculiaridades e singularidades próprias de estudantes que frequentam a EJA no tempo de mídias moveis. Àqueles que trazem consigo marcas pessoais e marcas do Grupo Cultural que estão inseridos e, nesse sentido, o professor está sendo desafiado (e desafiando-se) a conhecer, compreender as peculiares dos alunos dentro da escola.

Peculiaridades educativas no espaço formal da sala de aula onde também se atravessa o tempo de Cultura Digital na qual vivemos, que tecnologias diversas estão imersas no espaço formal e escolar, fazendo parte do aluno de hoje, como extensão desse ser que utiliza dispositivos móveis como mais uma forma de interação/comunicação. Um aluno que nos desafiamos a entender, mas que também tem muito de mim, pois sou também professora-aluna-estagiária.

Compreender tal aluno pelas interações dialógicas para além de conversas possivelmente supérfluas ou impositórias, porque o “[...] diálogo não pode se reduzir a depositar ideias em outros (nem) se converter em um simples intercâmbio de ideias” (FREIRE, 1979, p. 42). Assim, os diálogos comunicativos nesses tempos em que o próprio entendimento do que é formal e não formal se movimenta em direção a indagações, a questões, a reflexões e a curiosidades dos participantes.

Entendemos que na relação entre os sujeitos envolvidos do processo educativo em tempos de mídias móveis e Cultura Digital atravessados ao espaço formal de sala de aula, especialmente na modalidade da EJA, a interação dialógica pode oferecer a autonomia e o protagonismo necessário à própria construção do conhecimento. Protagonismo que se percebe na maior autonomia do sujeito, manifestada “[...] como respeito mútuo no sentido moral e intelectual” (BOLL; KREUTZ, 2010, p. 50). Pois entendemos que, quando não há autonomia, não pode haver cooperação, visto que o sujeito pode aderir ao ponto de vista do outro, colocando-se em uma posição de dependente (BOLL; KREUTZ, 2010, p. 50).

Entendemos autonomia e autoria como conceitos que se aproximam nesse contexto da Cultura Digital. Enquanto a autonomia potencializa o protagonismo, as condições de autoria se manifestam nessa possibilidade criadora. Uma autoria que é dita por Boll (2013) como uma criação ideológica a ser apreciada. Essa autoria que está completamente entrelaçada com a autonomia do indivíduo que permitir-se-á produzir, se reconhecer, participar de seu processo criativo e se visualizar como autor e produtor, também e especialmente, pelo próprio educador.

Porém, essa autonomia do sujeito às vezes se encontra apenas no papel dos planejamentos de aula ou nas tentativas de construir um PPP para servir de referência escolar. Assim, ao pensar em autonomia, lembrei-me de uma situação acontecida recentemente no Ensino Superior que exemplifica essa usabilidade de dispositivos móveis. Recebi de uma colega, que soube que meu tema de TCC eram dispositivos móveis, um e-mail enviado por um professor universitário intitulado “A política de uso do celular em sala de aula como tolerância zero”, no qual o aluno que, por algum motivo quisesse usar o celular, deveria se retirar da aula e, se ele reincidisse, seria reprovado.

Então, face ao fato me questiono: que autonomia esses estudantes têm, como cidadãos de um mundo que é também digital, que não podem sequer fazer uso de seus dispositivos móveis no ambiente escolar do Ensino Superior? Ademais, provavelmente nem puderam argumentar/conversar com tal professor sobre isso... Então, há de existir nessa relação, interação dialógica entre pessoas de mundos aparentemente tão diferentes?

Matutando sobre esse professor educador universitário, penso no oposto: penso em um professor que assume o papel de provocador do conhecimento nesse mundo onde a autonomia e a cidadania também existem: um mundo da Cidadania Digital. Um professor que desafia o aluno e sua curiosidade, seja jovem ou adulto, instigando sua autonomia e problematizando suas aprendizagens, suas vivências em desafios que também lhe disponham a aprender nessa relação dialógica entre o espaço formal da sala de aula e o espaço não formal que se atravessa pelas mídias moveis – compreendendo que o diálogo é condição essencial também no tempo contemporâneo de Cultura Digital. Esse educador sim pode se compreender como um “professor formador” (FREIRE, 1996). Um professor formador que é crítico, tem curiosidades e possibilita-se à uma reflexão sobre a prática, voltando-se a si, indagando-se (p. 22).

Ao refletir acerca da Cultura Digital, termo que utilizo muito nesta pesquisa, remeto ao termo Cibercultura que também exprime este tempo em que vivemos. Lemos (2009b) argumenta que os termos *cibercultura* e *cultura digital* são sinônimos atribuídos em concordância à cultura contemporânea, a partir da década de 70, com o surgimento da microinformática. Essa microinformática aparece como uma dimensão mais radical com o surgimento das redes, também com a cultura do celular, computadores, redes e micro-objetos digitais que ganham mais visibilidade política e comunicacional atualmente (p. 136).

O mesmo autor afirma que, ao se falar sobre Cultura Digital ou Cibercultura, o que aparece é uma ideia futurista, de ficção científica, que não é correta. Assim, o autor conclui que Cultura Digital é apenas a cultura que hoje em dia é sinalizada pelas ferramentas eletrônicas (LEMOS, 2009b, p. 136).

A cibercultura “[...] seria a cultura contemporânea, onde os diversos dispositivos eletrônicos digitais já fazem parte da nossa realidade” (LEMOS, 2009b 136). Pois que esta Cultura Digital (ou Cibercultura) é a nossa cultura que dá conta de se explicar por ser a cultura de todos os indivíduos, de toda a sociedade transmutada à Cultura Digital contemporânea que se oferece para nossos registros em ferramentas eletrônicas.

A Cultura Digital “[...] não parece ser mais uma escolha, pois a tecnologia se impõe como uma necessidade cotidiana” (BOLL; KREUTZ, 2010, p. 23). Ou seja, encontramos-nos neste momento onde não há separações entre sujeito e tecnologia, visto que essa tecnologia já é própria do sujeito e está completamente imersa na sociedade atual, na qual o indivíduo é protagonista do seu ensino e se apropria desses novos saberes, utilizando agora as ferramentas de conhecimento para fazer associações com o mundo e compreendê-lo.

A Cultura Digital nos conecta, relaciona, entrelaça às tecnologias e em especial aos dispositivos móveis, dentro e fora do ambiente escolar. Ela é extremamente desafiadora ao educador – e ao educando! Desafiadora porque o educador às vezes está engajado na Cultura Digital, às vezes não totalmente. É desafiadora àquele professor que está na sala de aula e carece perceber seus alunos como cidadãos digitais, protagonistas-autores da sua aprendizagem que fazem uso de informações e conhecimentos, seja no espaço formal da sala, seja no espaço informal das mídias móveis.

Em Lemos (2004), vemos que o “ciberespaço pode agir como instrumento de reaquecimento do espaço público, de agregação social e de participação política no que vem (se) chamando de cidadania digital (p. 151)”. Assim, consideramos que a Cidadania Digital, que é uma conquista de direitos, é a maneira que o indivíduo efetiva sua participação social e política nessa era digital. O próprio conceito de cidadão, por sua vez, é necessário para pensarmos em um indivíduo que acessa os processos da Cultura Digital, pois que essa cidadania é conquistada e possibilita a efetiva constituição dos direitos civis e políticos.

Já o ciberespaço é esse espaço eletrônico de redes telemáticas que criam uma estrutura de comunicação inédita, pelo seu alcance e forma – aberta e participativa –, sendo uma das maiores revoluções comunicacionais e tecnológicas para o planeta (LEMOS, 2004, p. 151). E a compreensão de ciberespaço nos ajuda a entender o potencial das novas TIC na formação de uma nova cidadania: a tal cidadania digital da qual falamos (LEMOS, 2004, p. 152).

Ainda trazemos como desafio contemporâneo desse tempo de Cultura Digital àquele docente que entende a tecnologia como extensão do homem e de suas capacidades. É desafiador, mais ainda, àquele professor que está em processo de compreensão desse tempo contemporâneo em que as mídias móveis perpassam a sociedade, atravessam-na, um tempo que está totalmente imerso nesse mundo virtual. Ou seja, o desafio está em entender que não há como separar a ideia de técnica e máquina, pois se há de pensar no processo de interação oferecido.

Nesse processo que entendemos ser dialógico entre professor, aluno e mundos, o que se espera é a compreensão, por fim, nessa interação. Assim, visto que a cultura contemporânea está fortemente nessa relação máquina-homem também, fica inviável separar em tecnologia e técnica, em educação e processos dialógicos: tudo acaba por fim sendo uma extensão do homem (GUATTARI, 2012 *apud* BOLL, 2013, p. 21).

Isso posto, digo que em ambos os casos, tanto o professor que está ou o que não está mergulhado nos tempos da Cultura Digital, o desafio é entender que não há como separar a ideia de professor formador em um processo de interação dialógica sem atrelá-la ao uso das tecnologias em sala de aula, pensando em jovens e adultos

que nascem, crescem e existem na relação com a Cultura Digital⁷. É, também, não menos desafiador, pensar no próprio conceito de aprendizagem⁸, tal como alguns autores e mais especificamente a UNESCO vem nos últimos anos apresentando na interlocução com as mídias móveis.

O professor em sua ação também carece observar a realidade imediata – e mediata – dos seus alunos, compreendendo-a sem julgá-la, uma vez que todos os seres possuem modos de viver peculiares a seu grupo, modos hoje eminentemente digitais. Ou melhor, julgá-la no sentido de que é preciso entender essa realidade para que se conscientize dela, entendendo que essa conscientização da qual falamos é situação primordial ao professor e ao aluno, pois “[...] a conscientização é isto: tomar posse da realidade” (FREIRE, 1979, p. 16) permitindo-se “[...] desvelar a realidade” (FREIRE, 1979, p. 17), objetivando maneiras de interferir, transformar e repensar este mundo digital em que se inserem.

Freire (1979) ainda diz que se faz necessário se abrir a essas realidades que ditarão as temáticas do trabalho pedagógico engajadas no processo formativo do aluno (p. 18), uma vez que com esse se abrir certamente palavras geradoras que são desse mundo digital adentram também ao processo do ensino-aprendizagem.

Entendemos que quanto mais o aluno “[...] refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, (estará) pronto a intervir na realidade para mudá-la” (FREIRE, 1979, p. 19). Vejo necessário, então, perceber a necessidade dos saberes curriculares se engajarem às experiências dos alunos, bem como Freire (1996) diz ao se perguntar “por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” (FREIRE, 1996, p. 17) Permitindo, dessa forma, a aproximação dos conteúdos à realidade daqueles estudantes da EJA que estão em processo formativo e, também, a minha própria formação como licencianda, para que possa estabelecer a relação dialógica necessária ao processo de aprendizagem que se apresentou no estágio.

⁷ A Educação Híbrida é um termo que vem sendo apresentado na interlocução com a Cultura Digital no sentido de que essa educação busca mesclar as aprendizagens do aluno em momentos presenciais e virtuais, os quais se complementam na busca de um ensino mais eficaz. Assim, o estudante tem a possibilidade de decidir onde e como quer estudar, tendo o auxílio de recursos digitais como os dispositivos móveis.

⁸ Outro termo recorrente tem sido o de Aprendizagem Móvel, normalmente vinculado à Educação a Distância. Essa aprendizagem “pressupõe novos usos e combinações criativas para dispositivos” (BOLL; MELO, 2014, p. 2) que possibilitem a integração de mídias, o intercâmbio de ideias e a troca de experiências e vivências culturais (BOLL; MELO, 2014, p. 2).

Ao pensar sobre as aprendizagens dos alunos que decorrem do processo formativo, ensino-aprendizagem, mediadas pelas interações sociais dos indivíduos (VYGOTSKY, 1935), é necessário ressaltar que o docente ainda se desafia a estar engajado, como educador na sociedade, do processo educacional no tempo contemporâneo de mídias móveis. Esse educador, por diversas vezes, demandará aprender, refletir, ressignificar também seus conhecimentos, pois que, com frequência, surgem novas propostas metodológicas que se propõem a movimentar esse processo de ensino, e o professor algumas vezes não está completamente apropriado de tais demandas eminentemente digitais:

[...] mesmo quando experiente, o professor muitas vezes terá que se colocar na situação de aprendiz e buscar com os alunos as respostas para as questões suscitadas. Seu papel de orientador da pesquisa e da aprendizagem sobreleva, assim, o de mero transmissor de conteúdos (BRASIL, 2013, p. 111).

O docente, portanto, desafia-se a entender seus alunos da EJA e as demandas que surgem por meio do uso das diversas tecnologias, tais como os próprios dispositivos móveis – *smartphones* e *tablets*, engajando-as no processo diário de ensino-aprendizagem. O entrecruzamento dessas tecnologias visando, tal como as DCN (BRASIL, 2013), preconiza a “[...] satisfação de necessidades que a humanidade se coloca, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas” (p. 162).

Assim, ao docente cabe uma atenção especial ao uso dessa ferramenta típica da sociedade atual e o desafio de incluir tais tecnologias móveis nos conteúdos escolares. Digo mais: não somente incluir as tecnologias em sala, mas assegurar suas permanências (atualizando-se também acerca dessas tecnologias), garantindo a Cidadania Digital de seu aluno que vive na Cultura Digital, um tempo/espço cultural e educativo que a própria escola também está imersa.

Esta escola e toda a comunidade educativa precisa se envolver nos tempos de Cultura Digital com o intuito de aproximar mais e mais o aluno e o professor à tecnologia, seja criando estratégias e metodologias didático-pedagógicas, seja promovendo a permanência dessas mídias móveis no ambiente escolar. Os alunos já estão aproximados, muitos deles, e fazem uso de tecnologias digitais (*smartphones*, *tablets* e outros diversos aparatos tecnológicos) como “[...] uma extensão das capacidades humanas” (BRASIL, 2013, p. 162). Já os professores, muitas vezes, ainda não se apropriaram da utilização desses recursos e caberá a

união dos esforços entre professores, alunos e escola para contemplar efetivamente a utilização dessas mídias móveis na prática pedagógica diária.

Ressalto também, conforme as DCN (BRASIL, 2013) que se exige mais do professor, não somente suas habilidades cognitivas, pois “se ainda for considerada a lógica própria do mundo digital e das mídias em geral [...] (faz-se necessário) aprender a lidar com os nativos digitais” (p. 59). Isto é, o docente se desafia a estar conectado, próximo ao aluno por meio dessas tecnologias que fazem parte da vida do ser humano e principalmente dos nossos alunos jovens e adultos de hoje. Essas tecnologias já são parte do homem e estão enraizadas à vida dos indivíduos nos tempos atuais; sendo assim podemos afirmar que todos hoje temos uma Sabedoria Digital, independentemente da idade.

O termo nativos digitais, citado pelas DCN (BRASIL, 2013), foi criado pelo professor Marc Prensky, um renomado pesquisador americano⁹, para expressar a então ideia de nativos e imigrantes digitais, explicando que os primeiros seriam “os jovens de hoje em dia” e os segundos “os anciãos” (2001). Entretanto, ele próprio acabou por reformular essa ideia dualista, publicando em 2009 um novo artigo denominado “H. Sapiens Digital: From Digital Immigrants and Digital Natives to Digital Wisdom¹⁰” justificando sua afirmação ao explicar que, na medida em que avançamos no século 21 e tudo cresce na era da tecnologia digital, a distinção dos termos nativos digitais e imigrantes digitais torna-se menos relevante (s/p).

Segundo o autor, na medida em que se trabalha para criar e melhorar o futuro, é necessário imaginar novas distinções que não se apoiam mais entre ser ou não nativo ou imigrante digital¹¹. Dessa forma, o autor apresentou o termo Sabedoria Digital (PRENSKY, 2009), informando que neste tempo de mudança, de aprimoramento mais do que saber, quem nasceu ou imigrou é preciso desenvolver a Sabedoria Digital para lidar com este outro mundo.

Um outro mundo, diríamos nós, onde o próprio tempo “[...] em que nossa capacidade de produção de sentidos está alterada, bem como nossos olhares sobre

⁹ Especialista na área de educação e tecnologia, que desenvolve jogos muito utilizados na educação. Possui também diversas obras publicadas nos ramos educacional e tecnológico.

¹⁰ Homo Sapiens Digital: Dos Imigrantes Digitais e Nativos Digitais à Sabedoria Digital (tradução livre da autora).

¹¹ Trecho original do artigo: “Although many have found the terms useful, as we move further into the 21st century when all will have grown up in the era of digital technology, the distinction between digital natives and digital immigrants will become less relevant. Clearly, as we work to create and improve the future, we need to imagine a new set of distinctions. I suggest we think in terms of digital wisdom” (PRENSKY, 2009, s/p).

a ideologia, o conhecimento e a própria educação” (BOLL, 2010, p. 27). Ainda segundo a autora:

Concordando com o autor, não interessa de que forma chamaremos esse novo humano emergente, se *Homo Sapiens* digital, digital ou humano; o importante é reconhecermos que essa revolução inclui tanto o digital quanto o sábio que terá como meta maior desenvolver a sabedoria nesta própria relação (BOLL, 2010, p. 27).

Dessa forma, a Sabedoria Digital que foi definida por Prensky (2009) como um conceito atual, que se sobrepôs aos termos nativo ou imigrante digital, se refere tanto para sabedorias decorrentes do uso das tecnologias digitais, quanto à melhoria das nossas capacidades (PRENSKY, 2009, s/p). Ainda, em concordância com a ideia de o professor estar inserido no tempo de Cultura Digital, Prensky (2009) afirma que estamos todos em movimento, cada um em sua velocidade, mas todos indo em direção ao aprimoramento digital.

Portanto, de diversas formas e cada um a seu tempo e espaço, todos já estamos inseridos neste aprimoramento que está, ou em breve estará, praticamente em tudo o que fazemos (sendo nós, professores, ou nossos alunos jovens e adultos). E, pensando acerca da Sabedoria Digital, percebe-se que a tecnologia digital pode nos fazer realmente sábios: “Digital technology, I believe, can be used to make us not just smarter but truly wiser¹²” (PRENSKY, 2009, s/p).

2.4 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC NA CULTURA DIGITAL

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)¹³ estão incluídas nas DCN (BRASIL, 2013) como uma parte do desenvolvimento progressivo de tecnologias, que estão presentes hoje para dar mais suporte e dinâmica às

¹² Tradução livre da autora do excerto de Prensky (2009): Acredito que a tecnologia digital pode ser usada para nos fazer não somente mais inteligentes mas verdadeiramente sábios.

¹³ Utilizarei o termo TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) nesta pesquisa pois que preferi ficar com esta denominação original. Porém, a cada dia vê-se outras siglas aparecendo nos contextos escolares e diversos artigos publicados que tratam desta relação educação e tecnologia. Podemos citar NTDI (Novas Tecnologias da Informação), NTICs (Novas Tecnologias da Informação e Comunicação) e NTD (Novas Tecnologias Digitais).

aprendizagens escolares (p. 50). Aprendizagens que, articuladas às ferramentas tecnológicas, potencializam a nossa compreensão do mundo.

Nesse sentido, utilizo-me do conceito de Balkin (1998) *apud* Silveira (2012) para explicar acerca das ferramentas, em um conceito muito mais amplo do que a ideia de ‘martelo ou prego’, que são ferramentas fisicamente separadas de quem as criou. Ou seja, o autor traz o conceito de Ferramentas de Compreensão como aquelas “[...] que são utilizadas no trabalho humano, tornam-se parte do aparelho de entendimento dos seus usuários, acabam sendo parte deles” (BALKIN, 1998 *apud* SILVEIRA, 2012, s/p). Balkin (1988) *apud* Silveira (2012) ainda escreve acerca dessas ferramentas como um instrumento que nós, indivíduos, utilizamo-nos para compreender o mundo, fazendo este instrumento também parte de nós.

Assim sendo, visibilizo essas tecnologias como Ferramentas de Compreensão para melhorias dos ensinamentos nos espaços formais da escola: mais movimentação e dinâmica nesse espaço de conhecimento e aprendizagem. Estas necessitam ser “[...] planejadas e geridas de tal modo que as TIC perpassem transversalmente a proposta curricular [...], imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos” (BRASIL, 2013, p.68). Ou seja, as ferramentas, as tecnologias e os dispositivos móveis estejam à disposição do processo de ensino-aprendizagem e se entrelacem nessa formação, onde não se possa separar a Cultura Digital da escola, do PPP, da Cidadania Digital, da autonomia do aluno. Por fim, que não se possa separar o aluno de seus espaços digitais para o registro de sua autoria.

A inclusão digital atribui sentidos à utilização das TIC em sala de aula e aos tempos de Cultura Digital que vivemos, tempos esses onde os alunos em processo de escolarização se movimentam, como sábios digitais. Lévy (1993) afirma que as TIC utilizam as telecomunicações e abordam a inclusão digital, como forma de troca das informações e conhecimentos entre as pessoas. Para o autor, o uso das TIC mudam o próprio conceito de conhecimento e

[...] o adquirir de competências torna-se um processo contínuo e múltiplo, em suas fontes, em suas vias de acesso, em suas formas [...] (que) alimenta o fluxo incessante de construções possíveis de novos saberes (p. 161).

Essa construção de novos saberes se encontram à ideia de Cultura Digital como um tempo em que o indivíduo utiliza-se das tecnologias como uma extensão de si, tal como já comentamos no subcapítulo anterior. O indivíduo também faz da tecnologia mais uma forma de se comunicar e interagir com o mundo, com as

peças, de produzir conhecimento e transformar informações em novos conhecimentos.

Nas DCN (BRASIL, 2013), ainda percebemos que as TIC integram e interagem com a Educação a Distância (EAD) que também é uma modalidade da Educação Básica. Tal modalidade prevê que o ensino seja efetivado por professores e alunos em tempos e espaços diversos. Sua disposição se dá principalmente para a EJA e para o Ensino Médio, sendo que sua oferta para tais etapas é da competência do estado que segue regulamentação federal (p. 46).

Ressalto que a modalidade EAD para as turmas de EJA é indicada somente para as turmas de etapas finais. Eu, licencianda em Pedagogia, que atuo nas turmas de anos iniciais da EJA (com estudantes também em processo de alfabetização), não posso utilizar da EAD para com minhas turmas. Nas DCN (BRASIL, 2013) está expresso que a LDB no artigo 80 oficializou a EAD como válida a todos os níveis e modalidades de ensino, exceto para o Ensino Fundamental que deve ser “presencial”, utilizando o Ensino a Distância somente em situações de emergência ou complementação da aprendizagem (p. 250).

Assim sendo, reflito: eu, professora da EJA anos iniciais, que vivo este tempo de Cultura Digital, que compreendo meus alunos como cidadãos digitais usuários assíduos de tecnologias como dispositivos móveis, não posso utilizar-me do ensino EAD. Em nenhum momento, essa modalidade EAD é plausível de ser incluída no ensino-aprendizagem da EJA anos iniciais. Para mim, é difícil pensar acerca da inclusão social (e da inclusão digital) sem poder oferecer nenhum momento de EAD, pois que, como Prensky, acredito ser fundamental oferecer a eles a chance de se desenvolverem nos tempos de Sabedoria Digital também.

Nesse sentido, pensando acerca dessa inclusão/exclusão digital, entendo que as DCN (BRASIL, 2013) tenham em sua proposta a ideia da TIC como aquela que oportuniza dinâmica e movimento ao processo de aprendizagem do sujeito (p. 50) – e concordo plenamente com a afirmativa. No entanto, é necessário que haja a efetiva utilização de tais ferramentas, ferramentas de conhecimento que aproximam o indivíduo ao mundo, porque são recursos que se aliam ao desenvolvimento dos conteúdos ministrados em aula, já que a escola é um ambiente de inclusão digital, onde o digital já é presente... É comum nos espaços da EJA encontrar alunos

usando (ou querendo aprender a usar) ferramentas de comunicação, sejam elas *Skype* ou e-mail¹⁴.

A escola da qual falamos é o lugar pelo qual os educandos e os educadores podem exercer a Cidadania Digital ao mesmo tempo em que fazem uso contínuo de dispositivos móveis, entendendo essa ferramenta como sua aliada no processo de construção de direitos. Assim, na busca do uso de tecnologias a favor do ensino, inclusive, diria eu, ao propor-se a EAD também às etapas iniciais da EJA, poderá se garantir que todos os sujeitos que envolvem o processo ensino-aprendizagem estejam efetivamente incluídos e próximos a esses recursos. Garantir-se-á também a Cidadania Digital do sujeito que se vê estendido em suas possibilidades de comunicação pelas mídias móveis, sejam eles os estudantes ou sejam os professores.

Indagamos que aproximar o ensino escolar e os conteúdos da Cultura Digital é necessário a todos as pessoas do processo formativo, especialmente os jovens e os adultos, que são do interesse desta pesquisa. Mais importante, porém, é garantir a permanência desses sujeitos na utilização de tais ferramentas, por exemplo, por meio de uma formação continuada e/ou cursos e palestras que auxiliem e aperfeiçoem a utilização desses recursos em direção à Sabedoria Digital, de um mundo da Cultura Digital. As DCN (BRASIL, 2013) destacam que as metodologias escolares devem estar engajadas ao uso das TIC, uma vez que essas

Tecnologias da Informação e Comunicação modificaram e continuam modificando o comportamento das pessoas, e essas mudanças devem ser incorporadas e processadas pela escola para evitar uma nova forma de exclusão, a digital (BRASIL, 2013, p. 167).

Assim, eu, enquanto estudante de uma Licenciatura, que busco minha formação docente para atuar em escolas, indago: como não poderei trazer esta mobilidade de tecnologias, de ferramentas, de conhecimentos para os espaços escolares pensando que o tempo em que vivemos é de Sabedoria Digital, é também de Cultura Digital? Entendendo que meus alunos são usuários assíduos de tecnologias digitais, sejam *tablets*, *smartphones* ou diversos outros aparatos

¹⁴ Ferramentas de vídeo e/ou áudio, tais como *Skype* e *Hangout*, são *softwares* que permitem a comunicação e interação entre pessoas do mundo todo. Nessas ferramentas, é possível fazer chamadas de graça com vídeo e voz, além de enviar mensagens no *chat* ou compartilhar arquivos acessando por meio do *smartphone*, do computador ou do *tablet*. Nas ferramentas de escrita, como por exemplo o e-mail, é necessário criar uma conta de cadastro para enviar e receber mensagens de outros usuários, seja no Gmail, no Yahoo, no Hotmail, entre outros.

tecnológicos, como fazer para garantir que a Sabedoria Digital se desenvolva se posso ser taxativamente proibida, em lei, de não só usá-la em sala de aula do estágio quanto também na sala de aula da universidade?

Dessa maneira, pensando nos programas e nas leis que dizem sobre o uso ou o não uso de dispositivos móveis na sala de aula, pesquisei algumas legislações que tratam sobre o uso de celulares nos espaços escolares. Dentre elas, as que delimitam seu uso nos espaços federais, nas escolas do Estado do Rio Grande do Sul e nas escolas da Rede Municipal de Porto Alegre. Posto isso, dedico o próximo subcapítulo para apresentá-las relacionando com o que se espera de um aluno da EJA descrito nas DCN (BRASIL, 2013), nosso foco balizador para a análise neste trabalho.

2.5 PROGRAMAS E LEIS PARA O USO (OU O NÃO USO) DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NAS ESCOLAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO EM ÂMBITO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Com o intuito de melhor compreender programas, utilizo-me de Bobbio; Matteucci e Pasquino (1998) que no livro “Dicionário de Política” dissertam acerca desse assunto. Os programas são ligados ao partido político que está no poder, ou seja, o programa poderá durar enquanto aquele partido político está atuando na sociedade, podendo acabar após as eleições ou não: “os programas dos partidos (de maioria) exercem, além disso, um papel importantíssimo na definição da plataforma programática do Governo” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 264).

Isso posto, buscando leis que falassem acerca do uso de dispositivos móveis nas escolas do Rio Grande do Sul (RS), deparei-me com a triste notícia que o uso dos celulares não é permitido nas salas de aula do nosso Estado conforme Lei nº 12.884, de 3 de janeiro de 2008, sancionada pela então governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius. Tal lei diz que é proibido o uso de aparelhos de telefonia celular dentro da sala de aula nos estabelecimentos do RS, afirmando que enquanto as aulas são ministradas esses aparelhos devem ser “mantidos desligados” (s/p). Ou

seja, eu teria que mantê-los desligados no estágio em docência. De todos, inclusive de meus alunos.

Na época em que essa lei proibiu o uso de celulares em sala de aula no RS (2008), já existiam muitos celulares e nós, estudantes jovens e adultos (porque eu tinha 18 anos na época e cursava o Ensino Médio), já utilizávamos o computador e a internet como forma de comunicação e interação, como um espaço educativo não formal. Eram outros tempos... de *Orkut*¹⁵ e *MSN*¹⁶, em que o celular era mais utilizado para fazer ligações, dar toques aos amigos e mandar mensagens SMS.

Hoje, porém, esses então celulares são muito mais que apenas para falar, ouvir e mandar e receber mensagens de texto... Transformaram-se em *smartphones*¹⁷ e em *tablets*, “[...] aparelhos que representam uma evolução dos celulares e computadores, pois trazem recursos tecnológicos que possibilitam conectividade com mobilidade para seus usuários” (SATO, 2011, p. 61). Os *smartphones* e *tablets* muitas vezes “nos respondem” ao “perguntarmos algo”; não só precisamos digitar o que queremos nele, mas também hoje podemos literalmente “falar com ele”¹⁸. Também nos guiam pelas ruas pelo GPS e nos fazem lembrar de tudo que programamos para o dia... Podemos acordar com eles, despertar, tomar café com eles, bisbilhotar o *Facebook* ou responder e-mails importantes de estudo/trabalho. Podemos almoçar com eles e assistir as nossas aulas com eles e neles, lendo textos, digitando trabalhos, pesquisando e até jogando joguinhos após o término da atividade, tal como um dos meus alunos da EJA fazia quando já tinha terminado a tarefa, por exemplo (ele optava, algumas vezes, por jogar no *smartphone*. Outras, ele fazia alguma atividade ou leitura da caixa de atividades extras que ficava disponível a todos que terminavam o exercício da aula).

¹⁵ O *Orkut* foi a primeira rede social a tornar-se famosa no Brasil, em 2004. Nele, era possível escrever depoimentos aos amigos, participar de comunidades e escrever scraps (recados) no mural dos amigos.

¹⁶ O *MSN (Windows Live Messenger)* foi criado em 1999 e era uma forma de bate-papo online com outras pessoas que permitia enviar mensagens, áudios e vídeos, além de possibilitar a criação de conversas com grupos de amigos.

¹⁷ Os *smartphones* são evoluções dos telefones comuns, ou seja, trazem consigo tecnologias mais avançadas que aquelas referentes ao envio de SMS ou ligações, como os celulares se propõem. Ao contrário dos celulares, os *smartphones* têm capacidade para expandir suas funcionalidades através do seu sistema operacional, incluindo diversos softwares ao aparelho.

¹⁸ Hoje, no *Google Talk*, por exemplo, já é possível utilizar mensagens instantâneas de texto ou papo por voz. Assim como o software Siri que é disponível para IOS: esse aplicativo usa processamento de linguagem natural para responder às perguntas, fazer recomendações e executar ações no *smartphone*. Ainda existem hoje vários outros softwares, livres ou não, que capturam nossa voz e imediatamente a transformam em texto.

Ainda, podemos jantar com nossos *smartphones* ou *tablets*, fazer exercícios com eles e ainda dormir conectados a eles: ouvindo músicas, lendo notícias, estudando. Os dispositivos móveis, em especial o *smartphone* e o *tablet*, estão completamente imersos na era digital e são ferramentas de compreensão que necessitam também estar inseridos no espaço formal da sala, mesmo que não aparentem ter uma pretensão educativa, porquanto o espaço não formal dessas mídias moveis também é educacional.

Ainda, buscando outras leis que também falassem acerca da proibição do uso de celulares na sala de aula, encontramos uma lei municipal que foi sancionada pelo prefeito José Fortunati, em 2011, que proíbe os celulares nas escolas públicas da Rede Municipal de Porto Alegre (POA). Tal lei nº 11.067, de 10 de maio de 2011, bem como a lei estadual, também diz que “os aparelhos de telefone celular deverão permanecer desligados e guardados durante as aulas” (s/p).

Contrapondo-se a tais leis de não uso de celulares em sala de aula do RS e de POA, destacamos um evento ocorrido neste ano de 2014 que foi a entrega de *tablets*, pelo governo do Estado, para os professores do Ensino Médio. Esse evento foi marcado pela entrega de *tablets* aos professores do Ensino Médio pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC) e pela formação oferecida com o intuito de aprimorar sua utilização no processo ensino-aprendizagem.

Ao refletir acerca de tais leis municipal e estadual e da iniciativa do governo estadual, percebemos que aparentemente há uma contradição nas ideias, uma vez que são arbitrárias e opostas. Por um lado, os alunos não podem utilizar o celular em sala de aula, enquanto, por outro lado, o próprio secretário de Estado da educação, prof. Dr. José Clóvis de Azevedo, afirmou que as tecnologias estão à disposição do ensino e o *tablet* pode ser mais uma ferramenta pedagógica: “A tecnologia não substitui a capacidade pedagógica, mas é um instrumento poderoso para agregar a produção do conhecimento”.¹⁹ i

Essa aparente contradição da qual falamos é considerada a partir da própria palavra expressa: “celular”. Por quê? Porque, costumeiramente, designamos o nome de “celular” ao que na verdade, em salas de aulas, são os *tablets*. Mas os *tablets* também não podem ser usados como telefones? Podem. Assim como os

¹⁹ Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=271&ID=11328>. Acesso em: 28 out. 2014.

smartphones. Os *smartphones* surgiram nos anos 2000 na promessa de agregar as facilidades dos *Palmtops* que eram considerados um computador de mão. O *Palmtop* surgiu por volta dos anos de 1990 e fez muito sucesso entre as pessoas que precisavam circular com agendas móveis e produzir pequenas notas, sendo utilizado também como gravador, entre outros.

Já os *tablets* surgiram em torno de 2001 com o *Microsoft Tablet PC*, que tinha o intuito de, primeiramente, facilitar a conexão à internet móvel que, com o avanço do *wi-fi*²⁰, prometiam a chance de estender para além dos espaços que tradicionalmente os escritórios sempre ocuparam.

Os *smartphones*, assim como os *tablets*, alcançaram imediatamente seu desejo de uso para outras conexões. Assim, falar, ouvir ou escrever e receber mensagens neles já não são mais tarefas dessas ferramentas que também podem ser chamados, no senso comum do cotidiano escolar, de “celulares”. Mas não são celulares.

Nesse sentido, considerando que a usabilidade dessas ferramentas nas salas de aula não são para falar, ouvir ou escrever e receber mensagens, tal como estão descritos nas leis acima enquanto “celulares”, pesquisamos no dicionário Aurélio online o significado da palavra²¹. Ela está descrita como “aparelho portátil com autonomia energética, que funciona em radiofrequência e permite efetuar ligações telefônicas”. Assim, se explica tantos programas de governo não só entregando *tablets* para uso de sala de aula, mas também promovendo eventos de cinema feitos em “celulares”.²²

O Projeto Um Computador por Aluno (UCA)²³ vem, desde 2007, distribuindo computadores nas escolas, para professores e alunos. Ele conta com um grupo de representantes do Ministério da Educação (MEC) e assessores pedagógicos que avaliam e acompanham esse incentivo nas escolas. Ele foi implantado com o intuito

²⁰ *Wi-fi* é uma abreviação do termo *Wireless Fidelity* que significa Fidelidade Sem Fio. Ou seja, é a internet sem fio que, para ter acesso a ela, é necessário estar no raio de ação desta ou na área de abrangência de um ponto de acesso. Também é possível usar o *wi-fi* em um local público que opere com rede sem fio, utilizando *smartphones* ou *tablets*, por exemplo.

²¹ Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/celular>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

²² Um exemplo de evento de cinema realizado através de telefones celulares ou câmeras digitais é o “Curtas Histórias” Edição 2014. Esse evento é organizado pelo MEC para alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e para alunos da EJA. Disponível em: <<http://curtahistorias.mec.gov.br/images/pdf/regulamento.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

²³ Informações sobre o Projeto UCA disponíveis em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo/proinfo-projeto-um-computador-por-aluno-uca>>. Acesso em: 29 out. 2014.

de intensificas as TIC nas escolas através da distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública.

Portanto, após expor alguns dos projetos existentes e algumas leis ainda disponíveis, visibilizamos que os programas e as leis de governo no Estado, no país e no município aparentemente são contraditórias, enquanto senso comum. Nas escolas, inclusive nas minhas, de estágio e de estudo universitário, o uso dos “celulares” são proibidos inclusive para “cumprir a lei”. No entanto, é possível verificar que esse aparente desrespeito à lei fomenta o uso de tecnologias no processo ensino-aprendizagem. Visto que, ao mesmo tempo em que os professores são incentivados a utilizar dispositivos móveis a favor do ensino, as leis que “proíbem” o uso dessas “mesmas tecnologias” no espaço escolar pelos alunos ainda estão em vigor.

Esta Cidadania Digital está sendo garantida ao meu aluno quando “se precisa proibir” radicalmente o uso de seu celular, *smartphone* ou *tablet* na aula, entendendo que o indivíduo hoje utiliza tais ferramentas como extensão de si? Novamente refletimos: que aluno se quer no tempo de mídias móveis, na Cultura Digital contemporânea se tampouco posso permitir que meu aluno exerça sua Cidadania Digital também no espaço formal da sala de aula?!

É possível pensar que uma forma de “desrespeitar” ao mesmo tempo que “respeitando” as leis que proíbem o uso de “celular” é usando as ferramentas com o viés pedagógico. Então, atualmente muitos gestores se utilizam dessa explicação para convencer os professores a usarem as tecnologias móveis na sala de aula.

Pensando muito nessas indagações, faço considerações minhas, contando experiências e vivências como professora-estagiária e também aluna de uma Licenciatura que compreende o *smartphone* como minha extensão e busco mais e mais entender meu aluno como cidadão do mundo. Um mundo que também é digital!

3 SER PROFESSORA NOS TEMPOS DE CULTURA DIGITAL: O ESTÁGIO DE DOCÊNCIA E O USO DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS

Considerando todas as discussões até o momento já apresentadas por mim, ainda registro o desafio que é ser licencianda e estagianda nos tempos de Sabedoria Digital, sem necessariamente ter a possibilidade de mídias móveis nas salas de aula. Um desafio eminente, pulsante e que não encontra um porto seguro, que depende sempre da forma que a instituição e mais especificamente o professor lida com a cidadania contemporânea, com as leis e as ferramentas educativas disponíveis.

Assim entendemos que o desafio docente no tempo de Cultura Digital está fundamentalmente atrelado, infelizmente, à ideia de que “[...] a CULTURA pulsante do DIGITAL está à espera de ser descoberta pelo educador” (BOLL; KRAUTZ, 2010, p. 16). Porém, o que não conhecemos muito é que o aluno às vezes também está descobrindo essa tecnologia e constituindo-se cidadão digital. Minhas experiências docentes e discentes o confirmaram, portanto.

Em tal sentido, relato brevemente a seguir as fundamentações do estágio de docência que realizei na EJA e utilizei-me para basear tais experiências e vivências além dos quatro anos da Faculdade de Pedagogia. Entrecruzando, ainda, ao conceito de dispositivo móveis, que é fundamental para entendermos a docência contemporânea, a Cultura Digital, as ferramentas de aprendizagem e as diversificadas possibilidades pedagógicas que surgem das mídias móveis.

3.1 O ESTÁGIO DE DOCÊNCIA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Estágio de Docência é uma disciplina obrigatória do currículo de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS. Possui 20 créditos, totalizando uma carga horária de 300 horas. Essa disciplina se apresenta como “atividade docente em uma perspectiva interdisciplinar com a escolarização inicial de jovens e adultos em escolas da comunidade; planejamento, desenvolvimento e avaliação de uma

proposta pedagógica; desempenho nas diferentes tarefas inerentes ao trabalho docente na comunidade escolar”. Tal estágio é indicado para a 7ª. etapa do curso.

Conforme a Resolução nº. 31/2007 – CEPE/UFRGS²⁴ que regulamenta os estágios de docência dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Artigo 2º. tem-se que: os Estágios de Docência têm por objetivo a inserção do discente de curso de Licenciatura na prática docente, constituindo-se em um espaço de formação profissional, no campo de estágio, e sob a supervisão direta por profissionais dos diferentes espaços educativos e orientação pelos professores da UFRGS.

O Artigo 3º. , por sua vez, diz que os Estágios de Docência são atividades de ensino de caráter teórico-prático, obrigatórias à integralização de qualquer um dos cursos de Licenciatura da UFRGS, conforme projeto pedagógico de cada curso, e compreendem um conjunto de atividades para a atuação como professor, envolvendo interação com a comunidade escolar; a compreensão da organização e do planejamento escolar; planejamento, execução e avaliação de atividades docentes, de acordo com a legislação vigente.

Esse estágio em docência necessita ser realizado em escolas da Rede Municipal ou Estadual de Porto Alegre, com exceção de alguns casos que permitem a efetivação dele na Grande Porto Alegre. A Licenciatura em Pedagogia prevê essa docência (compartilhada com a professora e/ou com outra colega) em turmas da EJA Anos Iniciais: T1, T2 ou T3, que correspondem do 1º. ao 5º. ano do Ensino Fundamental.

Pode-se ver que o que se espera do aluno da Licenciatura de Pedagogia na disciplina é que ele estabeleça relações de sua teoria como acadêmico que estuda e pesquisa à prática docente. Possibilitando-o agora à realização de uma prática educativa, um fazer docente, relacionando a teoria da prática. Esse fazer docente é eminente ao estudante, ou seja, a mim, pois fui professora-protagonista nessa sala de aula por meio de planejamentos que pude elaborar a partir de trocas com minha colega de docência compartilhada e com a professora titular da turma.

Este estágio possibilitou-me entrelaçar a docência à ideia de Sabedoria Digital, porque percebi que em diversas ocasiões estava pulsante a Cultura Digital dentro da minha sala de aula, onde meus alunos eram sábios digitais. Eles

²⁴ Dados retirados do site da Comgrad/Edu: <<http://www.ufrgs.br/faced/comissoes/comgrad/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

utilizavam-se de seus dispositivos móveis em diversas ocasiões (despertador, relógio, jogar online no intervalo ou quando acabavam as atividades, acompanhar os jogos da Copa do Mundo, ver notícias sobre seu bairro), ainda que minha turma fosse uma T2 e muitos estudantes estavam em processo de alfabetização. Nesse aspecto, percebi que meus alunos jovens e adultos eram efetivamente cidadãos digitais que buscavam mais e mais espaço de produção, de autoria e de protagonismo naquele processo educativo.

3.2 O QUE SÃO DISPOSITIVOS MÓVEIS?

Os dispositivos móveis são tecnologias que têm como principais características “[...] a portabilidade destes dispositivos (e) sua integração com diferentes mídias” (BOLL; MELO, 2014, p. 2) onde os sujeitos que se utilizam dessas tecnologias podem estar geograficamente distantes uns dos outros e mesmo assim poderão interagir, comunicar e compartilhar. Esses dispositivos são os *smartphones* e os *tablets* que representam “[...] um objeto caracterizado pela portabilidade, conectividade e mobilidade” (LEMOS; JOSGRILBERG, 2009, p. 78).

Tais tecnologias aproximam-se e relacionam-se com a ideia de globalização que “[...] vem desarticular fronteiras e limites do sedentarismo. Os novos dispositivos informacionais vão ampliar os deslocamentos físico e informacional” (LEMOS, 2009a, p. 30). Permitindo, então, que *tablets* e *smartphones* aumentem o poder de comunicação e interação entre indivíduos na sociedade (consequentemente, na escola) que fazem uso de tal recurso:

Pela primeira vez, talvez, a gente tenha a dimensão técnica, o digital, colado à dimensão da comunicação. São tecnologias não apenas da transformação material e energética do mundo, mas que permitem a transformação comunicativa, política, social e cultural efetivamente. Porque nós conseguimos transitar informação, bens simbólicos, não materiais, de uma maneira inédita na história da humanidade (LEMOS, 2009b, p. 136).

Atualmente, a aquisição desses dispositivos está mais fácil e acessível, uma vez que as possibilidades de compra estão mais flexíveis, além do acesso à internet se dar em diversificados locais: sejam públicos ou privados. Por minha experiência, usuária assídua de *smartphone*, afirmo que a oferta de *wi-fi* gratuito em Porto Alegre

se dá em diversos locais: restaurantes, bares, cafés, universidades e aeroporto, ainda que a rede seja um pouco lenta.

Através de uma matéria retirada da internet²⁵, de 1º. de maio de 2013, do site “ilovepoa”, que tem como sua fonte a Prefeitura de Porto Alegre, percebe-se que naquela época já havia 91 locais de atendimento ao público e 17 espaços públicos com rede sem fio (*wi-fi*) livre e gratuita da Procempa em POA, em lugares como praças, parques, teatro e escolas. Boll (2013) confirma a facilidade de se obter esses dispositivos móveis que já são uma extensão da nossa existência:

A cada dia mais se sabe pela quantidade de *smartphones* e promoções de operadoras que os vinculam ao acesso ilimitado à rede *wi-fi* anunciados nos mais diversos meios publicitários, que as mídias móveis disparam a possibilidade humana de tornar móvel o que é do móvel: a vida (p. 77).

Ainda, por meio dos dados do Comitê Gestor da Internet²⁶, vemos que o indicador de telefonia móvel no Brasil comprova que a quantidade de linhas móveis no nosso país foi superior à quantidade de habitantes dele em 2012. Nessa mesma pesquisa, viu-se que existe uma parcela da população que ainda não possui telefone celular, onde geralmente são pessoas das classes sociais mais baixas (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2012, p. 178).

Os dados também confirmam que 94% dos alunos que estão no Ensino Médio possuem celulares e 96% dos estudantes do Ensino Superior, também. Enquanto que entre os mais velhos, que possuem 60 anos ou mais, 56% deles têm telefone celular (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2012, p. 179). Assim, a TIC Domicílios 2012 aponta que 84% da população é usuária de celular e a proporção é referente a 139,8 milhões de usuários de celular no Brasil (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2012, p. 179). Ou seja, há de se perceber que a Sabedoria Digital está imersa na sociedade brasileira também através dos dispositivos móveis.

Pensando acerca desses dispositivos, remetemos à ideia da Cultura da Mobilidade que é expressa por Lemos (2009a). Ele afirma que atualmente há uma mobilidade virtualizada que se efetiva principalmente pelas redes telemáticas e os dispositivos móveis, sendo que esta Cultura da Mobilidade não é algo novo que nasceu dos dispositivos portáteis e redes sem fio, não. O autor diz, citando outras

²⁵ Disponível em: <<http://www.ilovepoa.com.br/?c=poa&m=noticia&id=232>>. Acesso em: 22 set. 2014.

²⁶ Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2012.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

referências, que eventos históricos antecederam a ideia da mobilidade, tais como o nomadismo (p. 30).

Essa mobilidade de informações virtuais causa impacto diretamente à mobilidade física do espaço e do local em que está atuando (e vice-versa) e, por isso, “[...] não podemos dissociar comunicação, mobilidade, espaço e lugar” (LEMOS, 2009a, p. 29). Ou seja, a comunicação é mais uma forma de movimentar informações de um lugar a outro, de uma forma que se produza subjetividade, espacialização e sentido a tudo isso (LEMOS, 2009a, p. 29). E essa mobilidade da mídia, então, acaba por afetar a vida das pessoas que já vivem na Cultura Digital e visibilizam-se cada vez mais os cidadãos digitais nessa rede.

Como cidadãos digitais, utilizamo-nos de diversas tecnologias que dão conta desta Cultura do digital em que vivemos. Tecnologias essas que se engajam no ser humano como sua extensão, usuário de dispositivos móveis como *smartphones* ou *tablets*, como já comentamos em relação às ferramentas tecnológicas. Esses aparatos tecnológicos têm funções diversas que não somente suprem um fetiche de tê-lo por agradar-se da tecnologia, como ainda tê-lo para mostrar à sociedade.

Os dispositivos móveis vão além da possibilidade de comunicação e expressão de indivíduos em variados tempos e espaços, tendo diversificadas funcionalidades para seu uso (funções tais que muitas vezes nem são do conhecimento do proprietário do dispositivo), tais como câmera (que serve para filmar, fotografar, registrar momentos/explicações, entre outros), jogos, internet (que conecta o indivíduo ao mundo, através do e-mail e do *Facebook*, por exemplo), rádio/músicas, envio de mensagens (através de SMS ou aplicativos como o *WhatsApp*²⁷), entre outras funções que às vezes são específicas de cada aparelho.

Esses dispositivos móveis permitem que o usuário crie uma apropriação do seu *smartphone/tablet* pessoal, transformando-o em uma ferramenta de aprendizagem, uma ferramenta do conhecimento que permite ao usuário transformar diversas informações em novos conhecimentos. Tais ferramentas podem ser facilmente utilizadas no dia a dia escolar porque muitos dos nossos alunos jovens ou adultos já possuem tais tecnologias e gostam muito de utilizá-las em variados locais, ainda não aparentemente e de forma livre no espaço escolar.

²⁷ O *WhatsApp* é um aplicativo disponível para smartphones que possibilita a troca de mensagens instantâneas, compartilhamento de fotos, vídeos e áudios entre os usuários.

Muitos dos estudantes sabem usá-las, outros ainda não estão muito familiarizados com os mesmos. Por exemplo, tendo as redes *wi-fi* disponíveis gratuitamente tanto em Porto Alegre quanto em algumas escolas, como não usá-las em sala de aula?

Nesse sentido, caberá a nós professores que temos alunos cidadãos digitais garantir o uso (e a permanência) das tecnologias em aula, seja auxiliando em suas utilizações e diversas funções, seja apropriando-se também dessas tecnologias. Os dispositivos móveis que são recentes formas de comunicação e interação nem sempre são do entendimento/conhecimento do docente que, às vezes, também tem limitações para utilizá-los, e o desafio se insere também neste sentido: o de aprender e compreender essas mídias móveis.

3.3 EXPERIÊNCIAS ACERCA DO USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NO DIA A DIA ESCOLAR DA EJA

Até o momento de meu estágio, não pensava tão potently no uso das mídias móveis em sala de aula. No entanto, foram as minhas experiências docentes, no estágio obrigatório, marcadas pelo uso do *smartphone* em diversificadas ocasiões, como professora, que me movimentaram para refletir que alunos da EJA eu estava ensinando... O que queria alcançar nos conteúdos escolares que pudessem reverberar não só nas suas leituras de mundo, mas também nas suas ações sobre este mundo cada dia tão mais digital? Eu mesma, por vezes, utilizei-me dessa tecnologia para fotografar os momentos que passávamos como turma: saídas de campo (como a visita à Exposição Gênesis do Sebastião Salgado), lanches coletivos, comemorações de aniversários, atividades de artes e outras demais que necessitavam registro ou atraíam-me para fotografá-los por considerar importantes.

Também fiz uso do *smartphone* em situações que surgiram dúvidas, fossem questionamentos dos alunos ou meus, pesquisando conceitos, exemplos ou fotos que dessem conta da minha pergunta através de sites de pesquisa ou blogs. Essa ferramenta também foi útil para observar as horas passando (a hora do intervalo, a hora de entrada, a hora de saída), já que não costumo utilizar relógio de pulso.

Ainda, nos últimos anos, enquanto aluna do curso de Pedagogia e especialmente no estágio de docência, pude presenciar minhas colegas usando seus *smartphones* não somente para tirar fotos, gravar vídeos, como também (e especialmente) para pesquisar conceitos que permitissem aprimorar seus planos de aula. Do mesmo modo, utilizavam-se dessas tecnologias para mandar mensagens instantâneas, fossem no *WhatsApp*, fossem no *Facebook*.

Considerando-me também discente, aluna do Ensino Superior, recordo que utilizei meu *smartphone* (ou meu *tablet*) em aulas da faculdade por considerar necessário para aqueles momentos, sendo auxílio para leitura de textos online, sendo para pesquisar questões que fossem necessárias àquele instante: precisava referenciar um autor em discussão em aula, mas não me lembrava do nome, ou ano de sua publicação, bem como seu livro, por exemplo. Também buscava palavras no dicionário online quando não estava a par de seus significados.

O *smartphone* ainda ajudou-me na comunicação com os professores e/ou colegas por meio de e-mails ou mensagens “de emergência” que precisassem ser avisados e enviados naquele momento. Lembro-me, diversas vezes, de clássicos como: “Gurias, hoje trocamos de sala com a outra turma! Nossa aula está sendo ministrada na 605”. Ou “Colega, a professora já fez a chamada e nosso grupo será o próximo a apresentar; tu estás chegando?”

Além disso, pensando acerca das escolas que às vezes estão engajadas com o uso de tecnologias a favor do ensino (e muitas vezes não estão), remeto ao meu estágio na EJA que me frustrava por tentar utilizar notebooks em sala de aula, para diversificar as atividades didáticas e não me era possível porque o *wi-fi* localizava-se somente na secretaria do colégio, inviabilizando a conexão com internet que tanto necessitaria. Reflito que:

[...] as tecnologias não existem à parte das instituições, exercendo um impacto externo, mas são parte e parcela delas. A instituição molda o funcionamento da tecnologia, enquanto a tecnologia molda o funcionamento da instituição (WARSCHAUER, 2006, p. 279).

Dessa forma, compreendo também que a instituição de ensino que é parte da Cultura Digital carece incluir os *smartphones* ou *tablets* dos alunos às práticas escolares, sejam em atividades direcionadas, sejam em propostas didáticas do dia a dia como uma simples escrita de mensagem ao colega ou um e-mail. A tecnologia, podemos supor, então, que interfira não só administrativa, mas também pedagogicamente no funcionamento da escola, pois esse espaço também é digital.

E, acreditando que a escola é um espaço formal onde o digital já é presente e as tecnologias fazem parte também do processo ensino-aprendizagem, refiro-me a práticas do estágio que me fazem confirmar isso. Numa bela manhã de estágio em docência, quase nas últimas semanas, minha aluna da EJA solicitou em voz alta que “explicássemos e fizéssemos esse tal e-mail” porque seguidamente ela ia às lojas que a solicitavam “isso”.

Ela, tão querida em seus 69 anos de idade, demandava apropriar-se do e-mail para contemplar uma satisfação (um fetiche) tão simples e tão pessoal: ter o tal do e-mail para comunicar às lojas e aos amigos essa sua informação comunicacional. Ela que mal sabia o que era o tal “e-mail”, mas já entendia que ele “ficava dentro do computador” que a neta tinha em casa... Gostaria, sim, de participar desse mundo digital tão comunicacional e interacional em um tempo de Cultura Digital, no qual os estudantes são cidadãos; cidadãos também digitais.

Nós já sabemos que “[...] a utilização destes dispositivos pelos estudantes é incontornável, portanto a escola precisa criar oportunidades para utilizar estes dispositivos a favor das suas práticas pedagógicas” (GOMES, 2013, p. 9). Entendendo, portanto, que o uso das tecnologias na educação é uma realidade que está cada vez mais presente na sala de aula e podemos compreender esse processo em que as mídias móveis perpassam os conteúdos escolares como mais uma garantia à Cidadania Digital das pessoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, reflito através de meu olhar discente-acadêmica e também professora-estagiária, a partir das minhas experiências e vivências no estágio obrigatório e durante os anos na faculdade (além da pesquisa na área da tecnologia e educação), afirmando que o uso de dispositivos móveis em aula pode – passado (e pode – futuro) contribuir positivamente no processo ensino-aprendizagem. Essas ferramentas tecnológicas permitem dar mais movimento na sala de aula já que estão presentes no dia a dia das pessoas (consequentemente dos nossos alunos sejam jovens, sejam adultos) na Cultura Digital.

Esses dispositivos como os *smartphones* ou *tablets* podem ser engajados na escola e no fazer docente como mais um recurso pedagógico, ou seja, diversificando as possibilidades no processo formativo dos nossos alunos que possuem uma Sabedoria Digital e já vivem no tempo de mídias móveis. Esses alunos que hoje estão em um momento em que transformam informações em conhecimentos também utilizam-se das ferramentas tecnológicas como aporte pedagógico.

A escola e o professor, nesse sentido, necessitam estar inseridos na Cultura Digital, entendendo a instituição como um espaço formal que também é um espaço virtual de mídias móveis, em que a educação já é presente mesmo que não aparentemente. Os alunos da escola contemporânea já nasceram e continuam a crescer com essas tecnologias, utilizando-as nos diversos tempos/espacos da vida mas nem sempre são bem vindas dentro do espaço escolar. Um espaço escolar que necessita, então, garantir ao seu aluno o desenvolvimento pleno da sua Cidadania Digital, que os compreende como tais: jovens e adultos que vivem em um tempo no qual os dispositivos móveis são vividos, sentidos e compreendidos nas diferentes instâncias da vida, como uma extensão de si.

Ainda, pensando nas ferramentas tecnológicas que são compreendidas como essa extensão do ser, tal qual em algumas passagens no decorrer das orientações das DCN (BRASIL, 2013), percebemos que cada dia mais estamos mergulhados nesta relação tecnologia-humano. Ou seja, a separação entre deixar ou não deixar o *smartphone* ou *tablet* fora da aula, seja no Ensino Superior, seja na modalidade da EJA ou nos estágios de docência, fica cada vez mais difícil de ser efetivamente atendida.

Acreditamos que mesmo que esses *smartphones* ou *tablets* estejam desligados, o humano hoje desta Sabedoria Digital não consegue se desligar das possibilidades de conexão e interação que a tecnologia e as Ferramentas de Compreensão oferecem. Esse ser tem seu pensar, seu sentimento e suas ações completamente ligados à Cultura Digital.

Passamos a sensibilidade da ação pedagógica quando uma de minhas alunas da EJA, em um momento de sala de aula, pediu que nós ajudássemos ela a criar um e-mail para falar com seus amigos e para informar às lojas essa sua informação. Mais do que ferramentas, Ferramentas de Compreensão são essas que nos ajudam a estabelecer as redes que alimentam afetos, alimentam desejos de comunicação. Como não mais incluir as mídias móveis nas salas de aula se os próprios computadores já estão nelas? Precisamos ainda ficar fazendo aulas no laboratório de informática se temos a chance de, usando os *smartphones* e os *tablets* com nossos alunos, usar outras ferramentas para alcançar propósitos desse tipo que falamos? Mais do que garantir conteúdos escolares, penso que garantir conteúdos escolares agregados à Cidadania Digital deva ser peça fundamental do ensinar nesses tempos contemporâneos.

Refletimos também, após realizar este estudo, que é difícil pensar em um aluno sábio digital deste tempo de mídias móveis sem (re) pensar o conceito de analfabetismo funcional. Conceito tal que está ainda muito atrelado à aquisição da leitura e da escrita dos conteúdos escolares nos primeiros anos de escolarização do aluno. Matutando, portanto, que o aluno digital que hoje vive seu dispositivo móvel não tem a possibilidade de não ser considerado analfabeto funcional mesmo que utilize muito seu *smartphone* como uma ferramenta de comunicação e interação com o mundo. Um aluno que talvez não esteja apropriado da escrita no caderno ou de leituras em livros, mas que envia mensagens SMS ao seu colega ou recados no *Facebook* para a(o) namorada(o), utilizando-se também de códigos eminentes ao digital, à internet, como o “vc” para referir-se a você ou o “blz” para perguntar se está tudo bem.

Nós acreditamos sim que o dispositivo móvel pode colaborar com a dinâmica escolar porque aproxima mais nosso aluno jovem e adulto ao seu processo formativo, nesse movimento em que se busca autoria e autonomia em suas próprias aprendizagens. É inviável, portanto, que ainda existam leis que suscitam, no senso comum, a proibição do uso de tais ferramentas em aula, se desejamos considerar a

educação como uma forma de mudança da sociedade. Um espaço formal escolar de ricos processos de ensino e aprendizagem que hoje necessita estar imerso no tempo contemporâneo de Cultura Digital na qual vivemos. Um tempo em que tudo também está *online*, tudo já é digital e a comunicação e a interação dialógica também se manifestam nesse espaço: recriando-se, reinventando-se.

Então, concluímos que as TIC e as mídias móveis podem viabilizar o movimento para que o dia a dia escolar se apresente mais próximo ao espaço não formal dos dispositivos móveis. Essa dinâmica pode se movimentar ao processo de ensino-aprendizagem que também pode estar presente nesses espaços escolares formais e hoje cada dia mais digitais. Na esteira dessa ideia, entendemos que cada dia mais “[...] os estudantes são sujeitos ativos da aprendizagem, onde os professores devem propor estratégias e reflexões que contemplem a autoria dos estudantes” (GOMES, 2013, p. 7). Uma autoria que garanta ao aluno inserir-se no processo de criação e reinvenção do mundo, da vida.

Os dispositivos móveis também permitem aproximação do ensino formal ao não formal porque o ambiente digital, que aparentemente não é formal ou educativo, se transforma em um ambiente riquíssimo de ensino-aprendizagem, de interação, de comunicação e de apropriação do mundo. No entanto, faz-se necessário destacar (novamente) que esses alunos jovens e adultos das etapas iniciais da EJA, os quais alguns ainda estão em processo de alfabetização, não contam com a possibilidade do ensino EAD.

Não temos o intuito de aqui sugerir a criação de uma nova modalidade de ensino (EAD) para as turmas de etapas iniciais da EJA, não. Desejamos, sim, problematizar que as tecnologias também carecem ser propostas e engajadas nas etapas iniciais da EJA, onde esses alunos peculiares também se visualizem cidadãos digitais. Onde o dispositivo móvel, a EAD e a TIC estejam também presentes no seu cotidiano como recurso pedagógico, como mais uma forma de aprender, ensinar, compreender e viver. Viver o digital, viver a formação cidadã, viver um mundo dialógico e conectivo, viver as ferramentas tecnológicas e, principalmente, viver sua Cidadania Digital.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norbert; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política** I. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Disponível em: <http://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

BOLL, Cíntia I. **A Enunciação Estética Juvenil em Vídeos Escolares no YouTube**. Tese (doutorado) UFRGS-PPGEDU. Porto Alegre, BR-RS, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70596/000876934.pdf?sequenc e=1&locale=en>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BOLL, Cíntia I. Excerto de Projeto de Tese. **Fetiches visuais em tempos de cultura da convergência**: diálogos pedagógicos entre enunciações digitais infanto-juvenis. UFRGS-PPGEDU: Porto Alegre, outubro de 2010.

BOLL, Cíntia I; KRAUTZ, José R. **A cultura digital: quando a tecnologia se enreda aos usos e fazeres do nosso dia a dia**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&g id=8210&Itemid>. Acesso em: 13 out. 2014.

BOLL, Cíntia I; MELO, Rafaela da S. **Cultura Digital e Educação: desafios contemporâneos para a aprendizagem escolar em tempos de dispositivos móveis**. CINTED-UFRGS. Novas tecnologias da Educação. V. 12 Nº 1, julho, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/49829/31187>>. Acesso em: 23 out. 2014.

BRASIL. Lei n.9.394/96, de 20.12.1996. **Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, v. 134, n.1.248, p.27.833-27.841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Brasília – Brasil, 2000. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fsecad%2Farquivos%2Fpdf%2Feja%2Flegislacao%2Fparecer_11_2000.pdf&ei=d_tYVL aGCsKoNsrTgvAP&usg=AFQjCNFDIXCE78jUA0f3goBVYGyVvwG7Zg>. Acesso em: 19 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

FILIPOUSKI, Ana M. R.; SCHAFFER, Neiva O. Projeto político-pedagógico, documento de identidade da escola contemporânea. In: FILIPOUSKI, Ana M. R.; MARCHI, Diana M.; SCHAFFER, Neiva. (Orgs.) **Teorias e fazeres na escola em mudança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 25-34.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. - São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. (1969). **Extensão ou comunicação?** 7ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/886237>>. Acesso em: 13 out. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da educação formal/não formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º. Enfant, 2005. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_org_anizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

GOMES, Fabíola A. R. **Potencialidades e limites pedagógicos na utilização dos dispositivos móveis na educação de jovens e adultos**. 5º. Simpósio Hipertexto e Tecnologias da Educação. 1º. Colóquio Internacional de Educação com Tecnologias. ANAIS ELETRÔNICOS. ISSN 1984-1175. Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <<http://www.nehte.com.br/simpósio/anais/Anais-Hipertexto-2013/POTENCIALIDADES E LIMITES PEDAGÓGICOS NA UTILIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2014.

KOHL, Marta de O. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu: 26 a 30 de setembro de 1999.

LEMOS, André. Cibercidade. Um modelo de inteligência coletiva. In: Lemos. A. (Org). **Cibercidade: as cidades na cibercultura.** Rio de Janeiro: Editora E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

LEMOS, André. **Cultura da mobilidade.** In: Revista Famecos, vol. 1, n. 40, 2009a. ISSN On-line: 1980-2729. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6314/4589>>. Acesso em: 19 set. 2014.

LEMOS, André. In: SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. (Org.) **Cultura Digital.br.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009b.

LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fabio. (Org.) **Comunicação e mobilidade:** aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009. 156 p.

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência:** O futuro do Pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. **Lei Nº. 11.067.** Porto Alegre, 10 de maio de 2011. Disponível em: <http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/225_ce_15461_1.pdf>. Acesso em: 31 out. 2014.

PRENSKY, Marc. **Digital natives, digital immigrants.** On the horizon 9. MCB University Press, Vol. 9 No. 5, October 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

PRENSKY, Marc. **Homo sapiens digital:** From digital immigrants and digital natives to digital wisdom. Journal of Online Education. 2009. Disponível em: <<http://www.wisdompage.com/Prensky01.html>>. Acesso em: 12 set. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei Nº. 12.884.** Porto Alegre, RS, 03 de Janeiro de 2008. Disponível

em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.884.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

SATO, Silvio K. **A estética publicitária da inovação: smartphones e tablets**. Revista Pensamento e Realidade. Ano XIV – v. 26 n°. 3/2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8078/5965>> . Acesso em: 03 nov. 2014.

SCLIAR-CABRAL, L. **Reverendo a categoria “analfabeto funcional”**. Revista CrearMundos, n°. 3 (especial) "Año del libro", 2003. Disponível em <<http://www.creamundos.net/primeros/revista03-especial%20libros/reverendo%20a%20categoria%20analfabeto.htm>>. Acesso em: 30 out. 2014.

SILVEIRA, Sérgio A. Formatos Abertos. In: Bianca Santana; Carolina Rossini; Nelson De Lucca Pretto. (Org.). **Recursos educacionais abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. 1ª. ed. Salvador-BA / São Paulo-SP: EDUFBA; Casa de Cultura Digital, 2012, v. 1. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.artigos.livrorea.net.br%2F2012%2F05%2Fformatos-abertos%2F&ei=0RdZVO6zFoOpNtHKgugC&usg=AFQjCNEpfcfjo999tPbWCY9yEwTNINknLA&sig2=z7fX99m7NFicqdnF4b_9Og&bvm=bv.78677474,d.eXY>. Acesso em: 06 out. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VÓVIO, Cláudia L. **Desconstruindo dicotomias: a articulação de saberes na escolarização de pessoas jovens e adultas**. Revista EJA em debate, Florianópolis, vol. 1, n°. 1. Nov. 2012.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 4ª. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1991. 90 p. Coordenação da tradução: Grupo de Desenvolvimento e Ritmos Biológicos - Departamento de Ciências Biomédias USP. Revisão da tradução: Monica Stahel M. da Silva. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotsky-a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: A exclusão digital em debate**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

ANEXOS

ANEXO A - Lei nº 12.884, de 03 de janeiro de 2008.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa**

LEI Nº 12.884, DE 03 DE JANEIRO DE 2008.
(publicada no DOE nº 003, de 04 de janeiro de 2008)

Dispõe sobre a utilização de aparelhos de telefonia celular nos estabelecimentos de ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica proibida a utilização de aparelhos de telefonia celular dentro das salas de aula, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único - Os telefones celulares deverão ser mantidos desligados, enquanto as aulas estiverem sendo ministradas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 03 de janeiro de 2008.

FIM DO DOCUMENTO

ANEXO B – Lei nº 11.067, de 10 de maio de 2011.

LEI N° 11.067, DE 10 DE MAIO DE 2011.

Proíbe o uso de aparelhos de telefone celular durante as aulas, nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica proibido o uso de aparelhos de telefone celular durante as aulas, nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Os aparelhos de telefone celular deverão permanecer desligados e guardados durante as aulas.

Art. 2° Fica obrigatória a afixação de aviso nas portas de entrada das salas de aula, alertando os alunos quanto à proibição do uso de telefone celular, com os seguintes dizeres: AVISO. Nos termos da Lei Municipal nº 11.067/11, fica proibido o uso de aparelhos de telefone celular durante as aulas, devendo permanecer desligados e guardados.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 10 de maio de 2011.

José Fortunati,
Prefeito.

Cleci Maria Jurach,
Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e publique-se.

Newton Baggio,
Secretário Municipal de Gestão e
Acompanhamento Estratégico.

ⁱ Este estudo procurou apresentar possibilidades do uso de dispositivos móveis de alguns alunos em processo formativo nesses tempos contemporâneos de Cultura Digital. No entanto, destacamos ainda que esse tempo de Cultura Digital do qual falamos, apoiado pelos autores já apresentados neste trabalho, está por si só poroso, sem condições de dividi-lo mais entre o que está "dentro" da cultura digital e o que está "fora" da cultura digital. Assim, compreendemos que viver nesse tempo é viver em sua plenitude, sem divisão entre espaços sejam eles digitais ou não.